

A AUTORIDADE DO PROFESSOR NEGRO: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES/AS DOS ANOS INICIAIS

THE AUTHORITY OF THE BLACK TEACHER: A STUDY ON THE PERCEPTION OF STUDENTS AND TEACHERS OF THE EARLY YEARS

Heloísa Martins Florenço¹

Gildo Volpato²

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou discutir questões referentes a autoridade do professor negro a partir da percepção de estudantes e de professores/as negros/as que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. O estudo buscou compreender a autoridade do docente e relacioná-las com a figura do professor/a negro/a identificando se sofrem algum tipo de depreciação ou preconceito por conta de sua cor. Dialogamos sobre a autoridade a partir das visões de Aquino (2014), D'Antola (1989), Francisco (1999), Freire (1987), Hannah Arendt (2013), Schmidt, Ribas e Carvalho (1989), Volpato, Moreira e Bittencourt (2020) entre outros. Sobre a questão da negritude, dialogamos com Artes e Ricoldi (2015), Beccari (2005), Domingues (2005), Farias (2019), Paixão e Gomes (2008), Prudente (2020), Saldanã (2019), Santos e Scopinho (2011), Silva (2011), Wachholz (2016), além da Constituição da República Federativa (1988) e a Lei nº 7.716 (1989). Os sujeitos da pesquisa foram 10 professores/as negros/as e 10 estudantes do 5º ano de uma escola da Rede Municipal de Criciúma. Na pesquisa, de abordagem qualitativa, foi utilizado o questionário, como técnica de coleta de dados, interpretados à luz dos princípios da análise de conteúdo. A partir da pesquisa, chegamos à conclusão que os estudantes pesquisados demonstraram que tem na figura do/a professor/a a referência de autoridade, sem distinção de cor. Já 08 professores/as dos 10 pesquisados alegam que sentem sua autoridade diminuída e as vezes ameaçada, tendo que demandar mais esforços para que a autoridade seja reconhecida como tal e que o preconceito por causa da cor ainda se faz presente no âmbito da escola e da comunidade, na maioria das vezes velada, mas sentida por eles/as.

PALAVRAS-CHAVE: Professor negro. estudantes. autoridade. preconceito.

ABSTRACT: This article presents the results of a research that sought to discuss issues related to the authority of the black teacher from the perception of black students and teachers

¹ Graduanda em Pedagogia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, membro do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. E-mail: loivamara84@unesc.net

² Doutor em Educação pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: giv@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

who work in the early years of elementary school I. The study sought to understand the authority of the teacher and relate them with the figure of the black teacher identifying if they suffer any kind of depreciation or prejudice due to their color. We talk about authority based on the views of Aquino (2014), D'Antola (1989), Francisco (1999), Freire (1987), Hannah Arendt (2013), Schmidt, Ribas and Carvalho (1989), Volpato, Moreira and Bittencourt (2020) among others. On the issue of blackness, we dialogued with Artes and Ricoldi (2015), Beccari (2005), *Domingues (2005)*, Farias (2019), Paixão and Gomes (2008), Prudente (2020), Saldanã (2019), Santos and Scopinho (2011), Silva (2011), Wachholz (2016), in addition to the Constitution of the Federative Republic (1988) and Law No. 7716 (1989). The research subjects were 10 black teachers and 10 5th grade students from a school in the Municipal Network of Criciúma. In the research, with a qualitative approach, the questionnaire was used as a data collection technique, interpreted in light of the principles of content analysis. From the research, we came to the conclusion that the researched students demonstrated that they have in the figure of the teacher the reference of authority, without distinction of color. On the other hand, 08 teachers out of 10 surveyed claim that they feel their authority diminished and sometimes threatened, having to demand more efforts so that authority is recognized as such and that prejudice due to color is still present in the context of the school and the community, mostly veiled, but felt by them.

KEYWORDS: Black teacher. students. authority. preconception.

1 INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário da educação escolar brasileira – no qual diariamente os docentes sofrem os ataques dos estudantes e o racismo escancarado sofrido pela população negra cotidianamente – surgiu a motivação para a elaboração desse estudo, que visa ampliar as pesquisas sobre a autoridade do professor e incluir nesse contexto a figura do/a professor/a negro/a.

A educação brasileira passa por alguns problemas, dentre os quais podemos citar o sucateamento das escolas públicas, a falta de equipamentos e atualização dos existentes, diante dos avanços da tecnologia, e a própria desvalorização do professor, dentre outros. Além disso, não é raro ouvirmos relatos de desrespeito, agressões e ameaças de estudantes aos professores/as em escolas do nosso país. Esses acontecimentos passaram a ocorrer por diversas razões e, muitas vezes, por questões sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Nesse contexto, a autoridade do professor tende a ser diminuída e precisa ser conquistada pela formação profissional, por salários dignos, mas também por atitudes e posturas diárias que podem sustentá-la. No decorrer da história, houve mudanças na forma

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

como os professores eram tratados e considerados. Em diferentes períodos da história, a figura do docente era tratada com muito respeito pela sociedade, por seu conhecimento e capacidade de ensinar, e pelo lugar que ocupava, pois este lugar garantia, de certa forma, a autoridade. Atualmente, tal lugar não garante a autoridade, mas o que se faz neste lugar e, talvez, quem está neste lugar.

Em paralelo, temos outra questão que aflige a sociedade brasileira – o racismo estrutural. Ao longo da história, é visível a quantidade de mudanças na sociedade em relação aos negros, fruto das conquistas realizadas pelos mesmos, porém ainda não são suficientes, pois o preconceito racial ainda humilha e mata diariamente. Todos os dias presenciamos, assistimos na televisão, lemos nos jornais e acompanhamos pelas redes sociais inúmeros casos de racismo, pessoas essas que são humilhadas, desumanizadas, inviabilizadas, presas ou até mesmo mortas por discriminação. Estudos realizados pelo IBGE em 2019, apresentados pela revista Exame (2019), mostram que a população negra é a principal vítima de homicídio em nosso país. A luta contra o racismo ainda é muito grande e a população negra ainda busca alternativas para estar presentes em todos os espaços da sociedade.

Em razão disso, esse trabalho pretendeu incluir os aspectos relativos ao racismo dentro de um recorte social: a autoridade do professor/a negro/a. Levamos em conta a necessidade de discutir e aprofundar esse assunto, uma vez que é fundamental repensar o processo educativo, pois há muitas evidências de que existe racismo também dentro do espaço escolar, uma vez que este é estrutural.

Nesse estudo, buscamos compreender a autoridade do docente, e relacioná-las com a figura do professor negro identificando se ele sofre algum tipo de depreciação ou preconceito por conta de sua cor, a partir percepção de estudantes e professoras negras que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Para o alcance do objetivo geral foi definido quatro objetivos específicos, sendo eles: aprofundar os conceitos e referenciais teóricos relativos à autoridade do professor; analisar quais são os elementos que caracterizam a autoridade do professor negro; identificar se o professor negro sofre depreciação em relação a sua autoridade como professor; e, verificar se há sinais de preconceito em relação a autoridade do professor negro.

2 A AUTORIDADE DO PROFESSOR: ASPECTOS CONCEITUAIS E ELEMENTOS PRÁTICOS

Nos últimos tempos, o assunto autoridade do professor tem sido muito discutido. Os autores buscam analisar como é caracterizada a autoridade do professor dentro de sala de aula, compreender os seus aspectos, caracterizando e diferenciando-a do autoritarismo. O objetivo dessa subseção é apresentar as discussões teóricas relativas à autoridade do professor. Para a discussão das questões sobre autoridade utilizamos as ideias dos autores Aquino (2014), Contreras (2003), D'Antola (1989), Francisco (1999), Freire (1987), Arendt (2013), Schmidt, Ribas e Carvalho (1989), Volpato, Moreira e Bittencourt (2020), dentre outros.

Segundo o dicionário Houaiss Conciso (2011), a palavra autoridade configura-se como “direito ou poder de ordenar, de decidir, de se fazer obedecer”. Já a palavra autoritarismo, de acordo com esse mesmo dicionário, tem como significado “conjunto de princípios ou procedimentos autoritários”. Nota-se que no autoritarismo, levado para sala de aula, o professor ao invés de conduzir a turma a seguir o caminho proposto, exige que a turma siga o que lhe é imposto. Ambos possuem significados e práticas diferentes – enquanto um propõe, o outro impõe. Logo após essa diferenciação, iniciaremos o foco dessa discussão: a autoridade.

Para a autora Hannah Arendt (2013, p. 129) a autoridade, em relação aos indivíduos, é tida como hierárquica:

“A relação de autoridade entre o que manda e o que obedece não assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e no qual ambos têm seu lugar estável predeterminado” (ARENDR, 2013, p. 129).

Já para Richard Sennett (1980), citado por Simon (2019), a autoridade é como um laço afetivo e social, um vínculo entre pessoas como tentativa de dar sentido às condições de poder, como controle e influência. Correia e Matos (1999) apontam que a autoridade que o professor constitui, torna ele um criador, compositor, inventor ou arquiteto de sua própria obra.

Segundo Volpato, Moreira e Bittencourt (2020), atualmente, em algumas situações o professor é visto como um funcionário do Estado e dos próprios clientes – alunos – que alegam pagar seus salários, descaracterizando o processo histórico e social da profissão. Já houve um tempo em que o professor tinha sua autoridade reconhecida apenas por sua certificação da docência. Entretanto, atualmente, a certificação não dá conta de garantir a autoridade, embora seja reconhecida como essencial para contribuir no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento da própria personalidade e caráter do estudante.

Contreras (2003), ao referenciar Piussi (1999), argumenta que a autoridade vive das relações entre os sujeitos, afinal, para ser uma figura de poder precisa de reconhecimento por parte de alguém. Deste modo, apenas pela condição de docente, ele não terá um prestígio pelos educandos, ou seja, mesmo que o professor ocupe o cargo de autoridade social intitulado pela sociedade, não significa que os estudantes tenham uma imagem positiva dele ou passem a reconhecê-lo como autoridade. Para adquirir sua autoridade o professor precisa fixar seus vínculos e sua relação com os estudantes cotidianamente. Perrenoud (2005 *apud* AQUINO 2014), aponta que os pesquisadores que buscam interrogar os alunos sobre as questões voltadas ao professor e sua autoridade, mostram que o bom professor para eles, é um professor que explica bem, que sabe ensinar e conduzir a classe, que é competente nas questões educacionais. Um professor “legal”, que seja exigente e imparcial, ou seja, um professor que envolve os alunos na aula e não os que “forçam” a participação deles. Sendo assim, o bom professor é aquele que exerce sua autoridade, mas que não abusa do seu poder constituído por ela.

A autoridade do professor deve ser utilizada para conduzir a turma, pois quanto mais confiança houver entre ele e os estudantes, mais segurança eles terão nas intervenções do professor. Essa ação é considerada uma autoridade dentro dos limites da democracia (D'ANTOLA, 1989). Com base nisso, a relação entre professores e alunos estando estabelecida favoravelmente, faz com que o processo de ensino e aprendizagem tenha um maior rendimento. “A autoridade é um poder exercido em benefício do aluno e é precisamente por isso que ela é um poder consentido por ele (FRANCISCO, 1999, p. 108)”. Sendo assim, é necessário que a autoridade do professor seja reconhecida pelos estudantes como algo essencial ao exercício da docência e ao alcance dos objetivos educacionais.

D'Antola (1989), ao referenciar Freire e Shor (1986), aponta que entre aluno e professor é essencial haver um diálogo, o que não deve existir é rivalidade entre ambos, pois se aparecerem relações antagônicas entre professor e aluno há indicativos de que houve autoritarismo na relação. Ao contrário, segundo Aquino (2014, p. 28), “com a autoridade, impera a ordem; com a autoridade, aparece a estima, o respeito, a obediência; e fica possível a educação”. A autoridade do professor é de suma importância para contribuir no processo da docência, mas a construção da autoridade como professor é igual para todos?

Segundo Aquino (2014, p. 66), “[...] é possível assegurar que o lastro da ação docente não remete exclusivamente à (em decorrência unívoca da) erudição de seu portador, mas ao trabalho engenhoso, árduo e compromissado daquele que se dispõe a ensinar algo a outrem.” A partir de Aquino, fica evidenciada a importância do conhecimento e da didática do professor, mas também questões relacionadas à postura, às atitudes do professor no processo ensino e aprendizagem para que a autoridade se estabeleça.

Uma vez que a autoridade seja reconhecida pelo aluno, ela pode ser desfeita a qualquer momento, por isso é de suma importância mantê-la. A partir das ideias de Volpato, Moreira e Bittencourt (2020), a autoridade do professor sendo alcançada, ela precisa ser recolocada, ou seja, reforçada todos os dias através do conhecimento, da presença, da palavra, do exemplo, do testemunho, da ética, da docência, do vínculo e da relação que o professor continuará estabelecendo com os estudantes.

Schmidt, Ribas e Carvalho (1989) afirmam que a disciplina dos alunos começa a partir da autoridade do professor, quando ela possui o objetivo de ajudar o aluno a crescer intelectualmente. Podemos levantar a questão de que o amor pela docência e a dedicação no trabalho é um caminho para obter autoridade do professor em sala de aula, por mais que não seja evidente, o aluno sente e observa essa paixão e, com isso, cria um reconhecimento pelo professor.

“A autoridade do professor vem, podemos dizer, da autenticidade com a qual vive seu ofício, mostra que está apaixonado por ele, porque os ofícios se relacionam com as paixões, pois atravessam as existências, são permeados de sentido, são encontro, são engajamento no mundo. Um professor que vive este ofício desta forma, vem a ser uma autoridade para o aluno que consente trilhar por este caminho” (VOLPATO, MOREIRA; BITTENCOURT, 2020, p. 470-471).

Depois do reconhecimento da autoridade do professor, é notório a mudança em sala de aula, e o processo de ensino e aprendizagem passa a ter um maior aproveitamento (AQUINO, 2014). Por essa razão, é importante discutir sobre a autoridade do professor, pois é um assunto da contemporaneidade que precisa ser debatido em todas as escolas, tendo em vista que muitas delas passam por situações de desrespeito ao docente. Freire (1987, p. 15) diz: “Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção”, ou seja, é dever dos professores e de toda comunidade escolar contribuir ativamente para uma educação de qualidade e construção de um mundo melhor, mais justo e humano. O conhecimento desse assunto pode levar os educadores a ter um olhar diferente sobre suas práticas educativas, promovendo as mudanças necessárias para evitar situações de desrespeito escolar. Aquino (2014, p. 44-45) argumenta:

“A começar pelas modificações que acarretam na relação com a autoridade, que se torna, antes mesmo de qualquer discussão acerca de sua legitimidade ou da legitimidade das normas, uma questão de reciprocidade relacional. Os alunos exigem respeitos horizontais. Para eles, a relação pedagógica correta tem uma natureza igualitária e supõe um respeito mútuo e um equilíbrio dos sentimentos. A maioria dos alunos não contesta os alicerces da autoridade, mas pede um tratamento recíproco, exigência incontornável, anterior ao universo de comunicação em que estão imersos” (AQUINO, 2014, p. 44-45).

A partir dos conceitos e reflexões levantados, percebe-se que pensar sobre a questão de autoridade do professor é essencial. A necessária autoridade do professor no contexto da escola pode entrecruzar-se com o dilema do racismo estrutural, uma vez que muitos professores negros podem estar sendo confrontados com ela. É preciso questionar se o fato de ser professor ou professora negro ou negra não se põe nele/a uma carga ainda maior de responsabilidade ou de expectativa para que a autoridade seja consentida e estabelecida. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva, além de compreender a autoridade do professor, discutir a figura do professor negro neste contexto, estabelecendo uma relação entre ambos. Na próxima subseção abordaremos sobre a negritude, as lutas históricas da população negra para erradicação do racismo e o racismo estrutural.

3 NEGRITUDE E RACISMO ESTRUTURAL

Há muito tempo, o assunto voltado à negritude tem sido amplamente discutido. Os estudos evidenciam a busca pelo conhecimento sobre a real condição da população negra. Dentre tantos autores que tratam desta questão, neste estudo, citamos: Artes e Ricoldi (2015), Beccari (2005), Domingues (2005), Farias (2019), Paixão e Gomes (2008), Prudente (2020), Saldanã (2019), Santos e Scopinho (2011), Silva (2011) e Wachholz (2016), além da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Lei nº 7.716 (1989). Com base nos referidos estudos, o intuito desta subseção é compreender o lugar dos negros na sociedade e trazer dados pesquisados sobre a condição dos professores negros.

De acordo com a história brasileira, nosso país teve cerca de 350 anos de escravidão negra, que foi abolida pela Assembleia Geral do Brasil e sancionada pela Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Mabriela Rafaela Gonzaga de Bragança, mais conhecida como Princesa Isabel de Bragança, por meio da Lei Áurea em 1888. Esse fato ocorreu por pressões de outros países, como a Inglaterra, mas principalmente em razão da revolta de pessoas escravizadas que já possuíam sua liberdade, como apresenta na biografia de Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças, essa informação.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, depois de Cuba, que aboliu em 1886. Após a abolição, não foi oferecido nenhum tipo de subsídios necessários para as pessoas ex-escravizadas sobreviverem, foram libertos sem terras, dinheiro, sementes ou uma passagem de volta ao país de origem. Vale destacar que pouco tempo antes da abolição, foi sancionada no Brasil, a Lei de Terras (nº 601, 1850) que oferecia subsídios para que outra população conseguisse receber do estado uma moradia digna, enquanto logo depois com as pessoas que haviam sido escravizadas essa lei não foi repensada ou recriada. As favelas, os morros e os quilombos nasceram a partir dessa necessidade da população negra em reconstruir suas vidas.

Em decorrência dos direitos não oferecidos aos ex-escravizados daquela época, a desigualdade social se faz muito presente no dia a dia das pessoas negras brasileiras até os dias atuais. Segundo Silva (2011), a dominação sofrida na escravidão deixou inúmeras marcas na população negra, ocasionando até hoje um grande tabu na sociedade brasileira quando o assunto é discriminação racial, resultando assim na dificuldade do combate ao racismo.

Nos dias atuais, o Brasil possui uma grande miscigenação de raças, e por esse fator surgiram as diferenças de biotipos e inúmeras culturas no nosso país. Não existe propriamente uma raça brasileira que caracterize nosso país. No entanto, em virtude do preconceito enraizado na sociedade, acontece uma desvalorização das pessoas negras e uma valorização da estética branca que fortalece o mito da democracia racial. Em razão disso o preconceito e a discriminação são vistos e sentidos todos os dias pela população negra (FARIAS, 2019).

Para Domingues (2005), a democracia racial significa um sistema racial sem qualquer barreira, tanto legal quanto institucional, para a igualdade dos indivíduos, e de certo modo, um sistema racial desprovido de qualquer ato de preconceito ou discriminação. Sendo assim, democracia racial é a ideia que nega a existência do racismo no Brasil. E conforme acompanhamos cotidianamente em jornais, internet, televisão e vivências, podemos destacar que no Brasil o mito da democracia racial é existente.

No país, mais da metade da população é intitulada como negra, de acordo com o Jornal da USP, em 2020, dados apresentados pelo IBGE apontam que 54% da população brasileira é negra (PRUDENTE, 2020). O Brasil está em segundo lugar com o maior número de pessoas negras, ficando apenas atrás do continente africano com cerca de 79% da população intitulada como negra.

No artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, está escrito que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p. 14).

Mesmo assegurado pela Constituição Brasileira, a população negra ainda sofre racismo, preconceito e discriminações no seu cotidiano. As penitenciárias desde sempre contêm o maior número de pessoas não brancas presas; nas escolas, os alunos negros ainda são os que possuem o menor índice de desempenho escolar; as favelas foram criadas pelas pessoas negras e ainda a maior população presente nesse local é negra; e, os desempregados no país ainda são de maior número as pessoas racializadas. A questão que levantamos aqui é a seguinte: em um país supostamente sem preconceito, racismo ou discriminação, como aponta

a democracia racial, por que ainda só uma parte específica da população sofre fortemente com os problemas da sociedade? Sendo eles: crime, miséria, falta de saúde e baixa escolaridade.

O Ministério do trabalho construiu um documento nomeado de “Brasil, Gênero e Raça”, que faz uma caracterização dos conceitos de: Racismo, Preconceito, Estereótipo e Discriminação. Com base no referido documento, Beccari (2005) cita que o racismo é caracterizado pela ideologia que sustenta a superioridade de determinada raça, constituído entre negros e brancos. Por sua vez, a caracterização do preconceito é por julgamentos prévios negativos a pessoas estigmatizadas por estereótipos. O estereótipo consiste em julgamentos negativos por rotulação das pessoas ou de um determinado grupo por pré-julgamentos. E por fim, a autora caracteriza a Discriminação como ações ou violações do direito de pessoas com base em critérios injustos como raça, sexo, gênero etc.

Ainda segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no inciso XLII do artigo 5º diz que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;” (BRASIL, 1988, p. 15). Além desse documento, a Lei nº 7.716 (1989) também apresenta as punições por práticas racistas, no art. 1º “Serão punidos, na forma da Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou preconceito nacional” (BRASIL, 1989). A democracia racial é defendida por várias entidades brasileiras. Ela pode até ser pretendida, mas está distante de tornar-se realidade. Conseguimos mais uma vez apresentar sua fragilidade, quando o país teve a necessidade de adotar leis com punições para combater/diminuir os crimes contra a população negra.

Passamos a acreditar que as leis foram criadas como ferramentas legislativas com o intuito de acabar com o racismo e as discriminações existentes em nosso país. É importante destacar, que as leis foram criadas em razão de muita luta e resistência dos movimentos organizados por pessoas negras brasileiras. O intuito foi e ainda é o de assegurar seu direito como cidadão, conquistar igualdade e buscar seu lugar também na sociedade. Entretanto, percebemos que mesmo com força de lei, a violência contra a população negra ainda é constante, ou seja, esse mecanismo ainda não é o suficiente para combater as injustiças contra as pessoas não brancas.

É muito frequente no Brasil mascarar o preconceito com expressões que parecem integrar, mas que mantém a lógica de exploração e com isso expõe o preconceito velado (FARIAS, 2019).

Falar sobre racismo, punir atitudes e ações racistas, depois de 350 anos de escravidão e 132 anos após a abolição, em meio a uma era digital, ainda é necessário e de total importância para que nós brasileiros possamos repensar o modelo de sociedade em que vivemos, onde as discriminações e injustiças estão fortemente inseridas. Farias (2019, p. 38) aponta que “dentro desse processo escravagista brutal, o negro sempre procurou, e ainda procura, o seu espaço na sociedade”. Por essa razão, a população negra busca todos os dias o resgate de sua identidade, incentivados principalmente por movimentos criados ao longo da história pós abolição, como alternativa para o seu reconhecimento na sociedade.

“A identidade de um grupo social, de forma afirmativa, depende do reconhecimento não preconceituoso pelos demais grupos sociais de suas especificidades, valores, diferenças e semelhanças. Quando isso não ocorre (ou ocorre de maneira distorcida), pode-se estar dilacerando a identidade, comprometendo a autoestima e, quem sabe, ameaçando a própria existência desse grupo” (SILVA, 2011, p. 366).

Conforme Wachholz (2016), as pessoas negras estando livre da condição de escravos, buscaram assumir sua liberdade a favor da modernidade, entretanto, a modernidade para eles trazia a situação de desemprego, marginalização, péssimas condições de moradia, sobrevivência e o esvaziamento identitário. O negro liberto tentou e tenta até hoje seguir seu percurso, criando sua própria história, lutando contra as desigualdades e, principalmente, criando estratégias que garantam sua inserção e de outras pessoas negras em muitos espaços que outrora lhe foram negados.

Historicamente, muitas foram as dificuldades impostas à população negra quanto a sua inserção no contexto escolar. De acordo com Farias (2019), ainda nos dias atuais a desigualdade racial se faz presente na educação do país, havendo como consequências reais o fracasso escolar e a evasão do povo negro, o que se faz presente no não acesso aos diferentes níveis de escolaridade. O acesso à educação para a negritude ainda não é algo fácil e natural.

Para a maioria dos jovens negros brasileiros, concluir o ensino médio é uma realidade distante por diversos fatores sociais, podendo ser eles, a marginalização, miséria

e/ou violências. Segundo Wachholz (2016), muitos jovens perdem o interesse pelos estudos por uma série de fenômenos presentes no dia a dia, incluindo a falta de incentivo familiar, questões financeiras ou ainda, outros interesses para além da escola.

Dados do IBGE apresentados por Saldaña (2019), mostram que adolescentes brancos de 15 a 17 anos com a porcentagem de 16,6% não tinham passado do 9º ano, enquanto a porcentagem dos adolescentes negros, dessa mesma categoria, é de 25,5%. O autor também aponta que 44,2% dos jovens negros entre as idades de 19 e 24 anos não conseguiram concluir o Ensino Médio em 2018. E os jovens negros entre 15 e 17 anos, que só trabalham e não estudam possui o percentual de 5,7%. “Se, por um lado, o trabalho é um anseio dos jovens, por outro lado, a inserção precoce revela as dificuldades financeiras vivenciadas pelas famílias, que necessitam do rendimento deles para complementar a renda [...]” (SANTOS; SCOPINHO, 2011, p. 33). O Inep (2020) apresentou o Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2020, que apresenta a porcentagem de jovens entre a faixa etária de 15 a 17 anos de idade, que frequentavam o Ensino Médio ou que havia concluído a Educação Básica, de acordo com a raça/cor. Segundo o documento em relação aos jovens negros, para alcançar a meta de 85%, a distância no ano de 2019, era de 16,5 pontos percentuais, enquanto a mesma meta, para os brancos, a distância era de 4,1 pontos percentuais. A partir desses dados, percebemos que no Brasil existe mais de um tipo de juventude e que a diferença entre elas é em decorrência principalmente da etnia.

Os problemas sociais e a falta de políticas públicas favoráveis à população são a realidade para a maioria dos brasileiros, mas percebemos que a dificuldade sempre é maior para as pessoas não brancas, decorrente de falhas do pós-abolição da escravidão. Wachholz (2016, p. 72) argumenta que “[...] não basta apenas criar condições para o estudante negro inserir-se no contexto educacional e no trabalho formal considerando que questões étnico-raciais atravessam as paredes da universidade”.

As baixas condições da população negra em dar sequência e se dedicar aos estudos nos anos escolares, traz um impacto muito forte na sociedade e em outros segmentos. É muito incomum ver pessoas negras em determinados cargos e posições sociais no país. Sabemos que a desigualdade social é um fator para esse acontecimento, no qual em inúmeros casos o “perfil” do negro não se encaixa com o qual o sistema empregatício deseja. Conforme Santos

e Scopinho (2011, p. 34) apontam “O epicentro do racismo está localizado nos discursos e representações negativas acerca dos negros, especialmente de suas capacidades, características físicas, culturais e religiosas, que desmoraliza os símbolos ligados à negritude [...]”. Mas o acesso das pessoas negras às qualificações também são empecilhos para mudar essa realidade.

Com base em estudos realizados por Paixão e Gomes (2008), a condição de ser assalariado com a carteira de trabalho assinada é um privilégio muito mais próximo dos brancos, com cerca de 36,8% deles estarem na situação de assalariados, ao invés dos negros, que entre eles a situação é de apenas 28,5%. Essa desigualdade ainda é mais significativa quando os autores comparam esses dados entre homens e mulheres brancas e negras. Os homens brancos estão nessa condição com 39,8%, enquanto os homens negros o percentual de assalariados com a carteira assinada é de 28,5%. Entre as mulheres, fica ainda mais nítida a desigualdade, enquanto 33% das mulheres brancas tinham suas carteiras assinadas, as mulheres negras tinham apenas 22%. São dados que mostram com clareza e que reafirmam o fato da desigualdade racial existir no Brasil.

“Os caminhos da saída podem ser: a mobilização política para discutir e formular estratégias de superação das desigualdades sociais que afetam os negros ou a negação da identidade negra, por meio da adesão à ideologia do branqueamento e da manutenção da crença na democracia racial, como forma de alcançar um lugar social positivo” (SANTOS; SCOPINHO, 2011, p. 33).

Os autores referem-se aos caminhos que a população negra possui para seguir em meio a sociedade em que vivemos. O caminho do branqueamento e acreditar na ideia de democracia racial são ilusões. Justamente por isso, os movimentos continuam lutando para que políticas públicas e ações afirmativas sejam adotadas para que possam contribuir na reversão da desigualdade racial do país, possibilitando assim, à população negra, desfrutar das mesmas oportunidades que são oferecidas aos brancos.

De acordo com Góes e Silva (2010 *apud* WACHHLZ 2016), os dados do IBGE analisados em 2010, apresentaram que dos jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 anos, apenas 14% cursaram o Ensino Superior, desses, comparados aos jovens brancos a média era de 2,5 vezes maior.

Dados do IBGE, realizados no ano de 2010 e apresentados por Artes e Ricoldi (2015), mostram a distribuição de pessoas que frequentavam cursos de graduação no país, no qual 35,3% das mulheres brancas cursaram o Ensino Superior, os homens brancos o percentual é de 27,7%, enquanto as mulheres negras cursando o Ensino Superior era de 20,7%, os homens negros eram ainda menores, sendo a sua porcentagem de 14,6%.

O Ensino Superior é uma condição para ocupar determinados cargos na sociedade, dentre eles, o de professor. Se o acesso a graduação é menor à população negra, consequentemente há menor número de professores/as negros/as nas instituições escolares. Depois de terem vencidas todas as barreiras o professor negro precisa se estabelecer nesse espaço conquistado da sala de aula. Por isso torna-se importante conhecer os atributos que caracterizam a autoridade do professor negro na sala de aula, tendo em vista todo esse processo de discriminação e pré-conceitos históricos conhecido.

De acordo com dados citados acima e situações presenciadas e assistidas todos os dias, percebemos que o mecanismo legislativo não deu conta de combater a desigualdade racial do nosso país. Sendo assim, reconhecer a importância e contribuir para que a população negra possa buscar por conta própria sua identidade e seu reconhecimento é necessário.

Em vista dos fatos apresentados, percebe-se a necessidade em desenvolver pesquisas sobre a negritude. Em especial, este estudo buscou refletir sobre a figura do professor/a negro/a em sala de aula e sua autoridade e verificar se o racismo e o preconceito estão presentes nas escolas de Educação Básica, na percepção das professoras negras que atuam nos primeiros anos do ensino fundamental.

4 METODOLOGIA

O ato de pesquisar se dá quando não há informações suficientes para responder uma determinada problemática, ou quando as informações já existentes se encontram em estado de desordem ou não são mais adequadas para solucionar o problema (GIL, 2002). O presente estudo, buscou caracterizar a autoridade dos/as professores/as negros/as em sala de aula. A pesquisa foi de natureza básica, caracterizada pelo tipo de pesquisa que busca acrescentar

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

maiores informações sobre determinado assunto já existente ou contribuir para o desdobramento dele.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa pois, conforme Chueke e Lima (2012) “A abordagem qualitativa entende que a realidade é subjetiva e múltipla, que ela é construída de modo diferente por cada pessoa. Assim, o pesquisador interage com o objeto e sujeito pesquisado, a fim de dar vozes a eles para construir uma teia de significados”.

O procedimento técnico utilizado consistiu em uma pesquisa de campo, no qual obtém uma maior profundidade nas questões propostas, cujo pesquisador estuda um determinado grupo para ressaltar as características de seus componentes e realiza a maior parte do serviço pessoalmente (GIL, 2002).

Para desenvolver a pesquisa sobre a autoridade dos professores/as negros/as no ambiente escolar, foi realizada uma coleta de dados por meio de questionário online da plataforma *Google Forms*, com 4 questões. O questionário teve perguntas abertas que, segundo Gil (1999), oferece espaço e liberdade para os pesquisados escreverem suas respostas. O questionário também conteve perguntas fechadas, no qual os respondentes escolhem uma alternativa dentre as quais foram apresentadas, podendo assim ter uma facilidade maior em processá-las (GIL, 1999).

Foram sujeitos dessa primeira etapa da pesquisa, 10 professores/as formados/as no curso de pedagogia, sendo todos afro-brasileiros/as e de diferentes escolas da Rede Municipal de Criciúma – SC. Também foi aplicado um questionário presencialmente, com 10 alunos do 5º ano de uma escola da rede Municipal de Ensino de Criciúma – SC, que segundo informações obtidas pela Secretaria de Educação Municipal, é a escola que possui o maior número de professores/as negros/as – de 46 professores/as, 6 são negros/as – sendo que a professora regente, da turma pesquisada, é negra. Para garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa, classificamos os mesmos em dois grupos: E1 a E10 os estudantes e P1 a P10 os professores/as.

As perguntas dos questionários, foram elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa, de identificar se os professores negros sofrem algum tipo de depreciação quanto a sua autoridade ou se há sinais de preconceitos que implicam na autoridade em sala de aula. Na

interpretação dos dados foram utilizados os princípios da análise de conteúdo de Bardin (2011).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Essa seção do estudo possui o intuito de discutir os resultados, dos dados analisados a partir das respostas dos questionários aplicados aos 10 estudantes, de uma escola da Rede Municipal de Criciúma – SC e as respostas dos 10 professores negros da mesma rede de ensino.

A média de idade dos estudantes que responderam ao questionário de forma presencial na escola, foi de 10 a 12 anos. Dentre eles, quase todos são do sexo masculino, com exceção de apenas uma. O número de alunos da turma é maior do que 10, porém tendo em vista a pandemia do COVID-19 e das exigências de segurança, os que estão frequentando a escola de forma presencial, diminuíram consideravelmente.

A primeira questão apresentada aos estudantes consistia em assinalar “qual a sua cor?”, entre branco, negro ou pardo. Dos 10 estudantes da turma, 40% deles se consideram como negros, outros 40% como pardos e 20% como brancos, o que demonstra que se trata de uma comunidade em que a maioria, ou seja, 80% dos moradores, são negros ou pardos.

Foram feitas duas perguntas que consistiam em “você admira sua professora? Por quê?” e “você respeita sua professora? Por quê?”. As respostas foram todas positivas e dentre as justificativas utilizadas pelos estudantes os motivos que surgiram foram: “porque é mais velha”, “porque ela é nossa professora”, “porque ela é inteligente” e “por ser muito legal”. O E3 em sua resposta contemplou a maioria dos motivos apresentados pelos demais estudantes: “Sim, porque ela nos ajuda. Temos que ser educados, pois ela é inteligente e legal”. Para Tardif (2002) a autoridade está ligada à personalidade do professor, ao carisma, ao exercício da docência. Para o autor, a afetividade está fortemente presente na relação entre o professor e o estudante. Com base nisso, percebemos que o professor é o criador da própria trajetória com os estudantes, sua postura como educador influencia fortemente na construção de sua autoridade docente.

Outra questão referente aos estudantes consistia em investigar se na opinião deles existe algum tipo de diferença entre o professor negro e o professor branco. Apenas um dos estudantes pontuou que os professores são sim diferentes, mas apenas pela cor, e os demais alegaram que não há diferença entre eles. Podemos observar essa questão a partir da seguinte expressão: “Não, porque todo mundo é igual, não importa a cor (E4)”. Os estudantes responderam no questionário que tiveram de 1 a 3 professores negros durante a trajetória escolar.

Artes e Ricoldi (2015), quando discutem os dados do IBGE realizados no ano de 2010, apontam que 63% das pessoas brancas frequentam cursos de graduação, enquanto 5,3% as pessoas pretas, 30% os pardos e 35,3% dos negros. Segundo esses dados, é notório o baixo número de pessoas negras no ensino superior e como consequência, o baixo número de pessoas não brancas nas instituições escolares ocupando o cargo da docência. Os professores negros, que responderam o questionário e participaram da pesquisa possuem de 1 a 32 anos de carreira no magistério.

Por meio do questionário, procuramos saber se os/as professores/as já tinham sentido sua autoridade diminuída por serem negros/as. Dentre eles 6 (seis) professores/as responderam que não, que nunca sentiram sua autoridade diminuída pelo fato de serem negros/as. A P9 justificou que na escola, na qual trabalha, sempre foi muito respeitada e que nunca se sentiu diminuída, pois sempre recebeu muito carinho de todos. No entanto 4 (quatro) professores/as, responderam que já sentiram sua autoridade diminuída, porém não apresentaram justificativas. Esses dados sinalizam o quanto a população negra procura evitar ou se retrair em falar sobre o assunto. “O desejo pelo embranquecimento era associado a crença de que, quanto mais afastado de seus valores culturais o negro fosse, talvez mais branco se tornasse aos olhos do seu colonizador, o que lhe garantiria menos sujeição (WACHHOLZ, 2016, p. 55)”. Grande parte se conformou com a situação que foi imposta, uma vez que isso é mais um mecanismo do racismo que nos coloca como responsáveis para lidar com o problema, uma vez que nossa sociedade trata o preconceito muitas vezes como um mal-entendido, um caso isolado ou uma vitimização.

Um outro questionamento feito aos docentes, buscou saber se eles/as já sentiram algum preconceito, como professores/as, por conta da sua cor. Entre as respostas, quatro

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

deles/as responderam que até o momento não perceberam nenhum preconceito. Uma delas foi a professora regente da turma dos estudantes do 5º ano, participantes da presente pesquisa, que assim se manifestou: “No meu local de trabalho, talvez por ser um lugar que trabalha bastante pessoas negras, não sofri preconceito. Trabalhamos com respeito um ao outro” (P9).

Sobre o mesmo questionamento, seis professores/as afirmaram que já sofreram algum preconceito em virtude de sua cor. A P7 descreve:

“Dentro da escola com outros profissionais diretamente nunca. Porém, com alguns pais de alunos, já fui questionada se eu era mesmo a professora da sala, por não ter “perfil”. Ou os pais pedindo para falar com a professora da sala quando me viam, entre tantas outras coisas que passamos diariamente” (P7).

As demais respostas tiveram justificativas parecidas com o relato acima, alegando a dúvida ou descontentamento dos pais sobre eles/as na condição de professor/a. Mesmo não sendo de forma direta, explícita, o preconceito pode ser sentido na forma sutil, na forma implícita, como no caso relatado acima, pela P7. O dado demonstra que embora 6 (seis) não sentiram a autoridade ameaçada como na resposta anterior, 6 (seis) dos professores/as sentiram sutilmente o preconceito por serem professores/as negros/as, por meio do espanto dos pais, ao saberem que seria ou é a docente do filho (a), ou na falta de visibilidade, quando os pais não a enxergavam como a professora do filho (a). Frente a isso, podemos destacar as considerações de Wachholz (2016).

“A crença de que o País não é predominantemente racista ainda é sustentado por boa parte da população brasileira, o que contribui para que situações opressoras e degradantes sofridas pelo negro, principalmente quando necessita utilizar destes serviços, sejam tomadas como ações isoladas ou episódios caracterizados como um simples mal-entendido” (WACHHOLZ, 2016).

Perguntamos aos professores/as se na opinião deles/as existe alguma diferença no tratamento entre o/a professor/a negro/a e o professor/a branco/a, em relação a autoridade docente. As respostas a este questionamento foram diversas, o que demonstra que cada uma delas está encharcada com sua história de vida e suas experiências.

Quadro 1. Diferenças no tratamento entre professor negro e branco.

DIFERENÇAS ENTRE O PROF. NEGRO E BRANCO	NÚMERO DE VEZES
O tratamento é igual	1
O número de professores negros é menor	1
O prof. negro precisa estar sempre provando que é capaz	8

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa.

Como demonstra o quadro acima, somente uma das entrevistadas manifestou que **o tratamento é igual**. Assim se manifestou:

“Não. O respeito é muito presente aqui na nossa escola. Trabalhamos sempre sobre a cultura africana e todos os professores, sejam brancos ou negros, participam de maneira única. Somos unidos e sempre que chega um professor novo na escola, acolhemos” (P9).

Percebe-se que a P9, em todas as perguntas realizadas mantém uma coerência no sentido das respostas, demonstrando que não se sente discriminada, ou diminuída em sua autoridade e que nas escolas em que trabalhou sempre foi muito respeitada na condição de professora. Nesse caso, para se compreender melhor, necessitaria um olhar mais atento, mais focado, para poder conhecer o contexto das escolas que trabalhou e a própria história de vida dessa professora.

Um dos professores/as respondeu no sentido de que **o número de professores negros é menor** na escola, e nela consiste à diferença. Assim ela justificou a diferença: “A diferença está na quantidade de professores negros no ambiente escolar” (P5). Esse professor/a, ressalta o que Artes e Ricoldi (2015), apresentaram acima, sobre os dados que diferenciam o acesso às carreiras que exigem formação em nível superior, muito menos acessado por pessoas negras do que as brancas.

Quanto a categoria de resposta com o maior número de respondentes foi que **o professor negro precisa estar sempre provando que é capaz**, como podemos perceber por meio de algumas falas:

“Mesmo não sendo aparente, os professores brancos são mais requisitados ou colocados em destaques, para que isso ocorra conosco precisamos mostrar que somos melhores ainda para tal reconhecimento seja notado” (P1).

“Os professores negros sempre são muito mais cobrados e também a sua palavra sempre está a mercê de dúvida, como sempre precisasse da afirmação de uma pessoa branca” (P2).

“Em todas as áreas os negros precisam se sobressair aos demais, estamos sempre precisando provar que somos melhores... Para mostrar que somos competentes” (P7).

Isso demonstra, mais uma vez, que há um sentimento de que a autoridade do/a professor/a negro/a precisa estar em constante aprovação, em comparação aos professores/as brancos/as, porém este preconceito é muitas vezes velado e não revelado, no ambiente escolar.

6 CONCLUSÃO

Após a análise de dados baseada nos objetivos adotados e no método utilizado, passamos às considerações e implicações finais deste estudo. Sendo assim, levando em conta o objetivo da pesquisa que consistia em compreender a autoridade do docente, e relacioná-las com a figura do professor/a negro/a – identificando se sofrem algum tipo de depreciação ou preconceito por conta de sua cor – chegamos a algumas conclusões com base na análise das respostas dos estudantes e dos professores/as que participaram da pesquisa.

Ao decorrer do estudo, analisamos as discussões teóricas relativas à autoridade do professor/a e percebemos que os critérios para o reconhecimento do docente obtiveram mudanças ao longo do tempo e que a autoridade dele, em relação aos estudantes, é construída por um conjunto de atitudes diárias. Analisamos que diferentes pesquisadores elaboraram diferentes conceitos sobre a autoridade, que acabam se complementando e auxiliando na compreensão sobre sua abrangência e complexidade no contexto atual. Nesse sentido podemos dizer que autoridade possui relação com o domínio de conhecimento, as metodologias utilizadas, as atitudes e posturas diárias dos professores e, especialmente, como essas dimensões se articulam e se relacionam com o vínculo afetivo que professor e alunos constroem no cotidiano escolar.

Conforme a análise de dados, a partir das respostas dos estudantes pesquisados, os professores/a negro/a não sofre depreciação em relação a sua autoridade. Quando perguntados

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

no questionário o que tem a dizer sobre a professora deles, que é negra, todos demonstraram sentimentos afetivos e de respeito em suas falas. Sendo assim, os estudantes não apresentaram nenhum tipo de preconceito em relação aos professores negros, e os docentes em nenhum momento citaram preconceito vindo de alguma forma dos alunos.

O preconceito que aparece nas respostas é por parte de adultos, mas especificamente dos pais de estudantes. Nesse sentido, podemos perceber que o preconceito não é inato, mas sim construído muitas vezes no ceio da família, ou das pessoas que convivem com as crianças, que são preconceituosas, e que demonstram isso por meio dos gestos, ações e palavras. Entretanto, mesmo no meio disso, as crianças dessa fase pesquisada, ainda prezam sua admiração pelo professor/a ao invés de levar o preconceito “aprendido” para a sala de aula.

Podemos considerar que os objetivos específicos deste estudo foram todos contemplados. Mas essa pesquisa é apenas um começo para entender a autoridade do professor negro. Esse recorte buscou analisar os estudantes e professores/as dos anos iniciais, entretanto, a comunidade escolar é composta por diferentes grupos, inclusive os pais de alunos que também apareceram nas respostas dos pesquisados.

Um novo estudo sobre esse tema, de maneira mais ampla, poderá nos ajudar a compreender melhor a autoridade do professor/a negro/a. Sobre isso, é importante ressaltar também que, outros autores também poderão contribuir, para uma futura pesquisa, de maneira mais detalhada e sistematizada. No momento, o mais importante é que com a presente pesquisa ficou desvelado que há sinais de que a autoridade do professor negro é colocada em xeque no ambiente escolar, seja pelos demais professores, seja pelos pais de estudantes e, portanto, merece que se abra o debate, para que se possa avançar na erradicação do racismo estrutural.

7 REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 1ª reimpressão da 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Caderno de pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015. Disponível Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v45n158/1980-5314-cp-45-158-00858.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

AQUINO, Julio Groppa. **Da autoridade à amizade intelectual: uma plataforma para *éthos* docente**. 1º ed. SP: Cortez, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECCARI, Cristina Baida. **Discriminação social, racial e de gênero no Brasil**. DireitoNet, 2005. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1991/Discriminacao-social-racial-e-de-genero-no-Brasil>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1950. **Dispõe sobre as terras devolutas no Império**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: 06 nov. 2020.

CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. **Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios**. Revista Espaço Acadêmico, nº 128, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12974/8511>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

CONTRERAS, J. **La Didáctica y la autorización del profesorado**. In: TIBALLI, Elianda F. Arantes, CHAVES, Sandramara Matias (orgs.). *Concepções e práticas de formação de professores – diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 11- 31.

CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel. **Do poder à autoridade dos professores: o impacto da globalização na desconstrução da profissionalidade docente**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CUNHA, Maria Isabel da. (Orgs.). *Desmestificando a profissionalização do magistério*. Campinas: Papirus, 1999, p.9-30.

D'ANTOLA, Arlette (Org.). **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 10, p. 115-131, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

FARIAS, N. O. L. de. **Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil. (ano da defesa)** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2019.

FRANCISCO, Maria de Fátima S. Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau. In. AQUINO, Julio Groppa (Org). **Autoridade e autonomia na escola: Alternativas Teóricas e Práticas.** São Paulo: Summus, 1999. p. 101-114.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IBGE: População negra é a principal vítima de homicídio no Brasil. **Exame**, 13 de out. de 2019. Disponível em <<https://exame.com/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>>. Acesso em: 29 set. de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, ed. 4, p. 17-57, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, ed. 6, p. 121-135, 2008.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília : INEP. 2020. 568 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6957506>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss Conciso.** São Paulo: Moderna, 2011.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 949-969, 2008.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. *Jornal da USP*, São Paulo, 31 de julh. de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>> Acesso em: 09 nov. 2020.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 63, p. 26-37, 2011. Disponível em: <<://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v63nspe/04.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SALDAÑA, Paulo. 4 em cada 10 jovens negros não terminam o ensino médio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 de set. de 2019. Disponível em:
Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº3, setembro/dezembro 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>> Acesso em: 11 abr. 2021.

SCHMIDT, L. M.; RIBAS, M. H.; CARVALHO, M. A. A disciplina na sala de aula: educação ou repressão. In: D'ANTOLA, Arlette (Org). **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989. p. 29-47.

SILVA, Alex Sander da. Justiça como reconhecimento do outro: dimensões éticas e pedagógicas das políticas de ação afirmativa. **Roteiro**, v. 36, n. 2, p. 363-374, 2011.

SIMON, Ingrid. Indisciplina e autoridade na escola. In: IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, **III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 2009. **Anais**. Brasil: 2009. p. 4656-4666.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. São Paulo: Vozes, 2002.

VOLPATO, G., MOREIRA, J., & BITTENCOURT, R. L. de. (2020). A autoridade do professor universitário: elementos constitutivos e rupturas com práticas tradicionais. **Educação Em Foco**, 23(41), 462–481. Disponível em: <<https://doi.org/10.24934/eef.v23i41.3839>> Acesso em: 11 abr. 2021.

WACHHOLZ, Thais. de. **Identidades e negritude na perspectiva de estudantes negros e negras**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2016.